

MERCADOS



Bolsa emenda 2ª alta e atinge maior patamar desde 28 de fevereiro

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Na contramão de Nova York em boa parte do dia, e sem a contribuição de Vale (ON -0,67%), a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) obteve o segundo ganho consecutivo, em alta de 0,8% ontem, aos 129.890,37 pontos, o maior nível de fechamento desde 28 de fevereiro, então a 130.155,43. Na máxima, ficou perto dos 130 mil pontos, aos 129.956,18, saindo de abertura a 128.857,84 - com mínima a 128.826,38. Na véspera de novas leituras sobre a inflação no Brasil e nos Estados Unidos, o giro ficou em R\$ 20,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) sobe 2,44% e, no ano, cai 3,2%.

Entre os setores de maior peso, o desempenho positivo para o índice foi assegurado pelos grandes bancos, como Bradesco (ON +1,08%, PN +0,62%), Banco do Brasil (ON +0,85%) e Itaú (PN +1,05%). A virada de Petrobras em direção ao fechamento (ON +0,51%, PN +0,26%) deu mais fôlego ao índice da B3. Na ponta do Ibovespa, Vamos (+5,47%), JBS (+3,99%) e Assaí (+3,82%), com parte das ações cíclicas reagindo bem à retração da curva de juros domé-

cos na sessão, acompanhando os Treasuries. No lado oposto, CVC (-2,62%), CSN (-1,56%) e Carrefour Brasil (-1,39%).

Apesar da recuperação de preços do minério em andamento nos mercados futuros da China após o feriado da semana passada, Vale fez uma pausa hoje após o salto de mais de 5% na sessão anterior, chegando a testar, para baixo, o limiar de R\$ 62, com o corte de recomendação da ação, de compra para neutra, feito pelo Bank of America (BofA). No fechamento, a ação manteve a marca de R\$ 62,55.

DÓLAR CAI 0,47%

O dólar emendou ontem, a segunda sessão consecutiva de queda no mercado doméstico de câmbio e chegou a flertar com o rompimento do piso de R\$ 5,00 ao longo do dia. A sessão foi de oscilações modestas, com variação de pouco mais de dois centavos entre a máxima (R\$ 5,0269) e a mínima (R\$ 5,005). No fim do dia, a divisa recuava 0,47%, cotada a R\$ 5,0076 - menor valor de fechamento desde 27 de março, a última vez em que a moeda encerrou abaixo do nível R\$ 5,00. Em abril, o dólar ainda acumula valorização de 3,18%.

MARGEM EQUATORIAL

Petrobras descobre petróleo em águas da Bacia Potiguar no RN

MARCIA FURLAN/AE

A Petrobras comunicou ontem que descobriu uma acumulação de petróleo em águas ultra profundas da Bacia Potiguar, no poço exploratório Anhangá, da Concessão POT-M-762_R15.

O poço está situado próximo à fronteira entre Ceará e Rio Grande do Norte, a cerca de 190 quilômetros de Fortaleza e 250 quilômetros de Natal, a 2.196 metros de profundidade, na Margem Equatorial brasileira.

Segundo comunicado da companhia, esta é a segunda descoberta na Bacia Potiguar em 2024 e foi precedida pela comprovação da presença de hidrocarboneto no Poço Pitu Oeste, localizado na Concessão BM-POT-17, a cerca de 24 quilômetros de Anhangá. A Petrobras é a operadora de ambas as concessões com 100% de participação. As des-

cobertas ainda necessitam de avaliações complementares.

"As atividades exploratórias na Margem Equatorial representam mais um passo no compromisso da Petrobras em buscar a reposição de reservas e o desenvolvimento de novas fronteiras exploratórias que assegurem o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética", diz o comunicado.

A estatal acrescenta que a constatação de reservatórios turbidifícos de idade Albiana portador de petróleo é inédita na Bacia Potiguar.

A companhia pretende investir US\$ 7,5 bilhões em exploração até 2028, sendo US\$ 3,1 bilhões na Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte. Está prevista a perfuração de 50 novos poços exploratórios no período, sendo 16 na região da Margem Equatorial.

Nota

GOVERNO TENTA CONCILIAR REAJUSTES DE SERVIDORES, DIZ MINISTRA

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, ontem, que o governo federal tem feito um esforço para conciliar os reajustes dos servidores com outras demandas de recursos. "A gente sabe que a negociação nem sempre vai ser o que a categoria quer, nem sempre é o que o governo propõe inicialmente", disse a ministra, ao visitar um condomínio gerido por movimentos de moradia na capital paulista. Esther Dweck destacou que se trata de um processo demorado, para o qual espera "uma conclusão bastante frutífera".

ENERGIA

Lula assina MP que reduz conta de luz em até 5%

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem à tarde, no Palácio do Planalto, uma medida provisória (MP) para permitir investimento em geração de energia sustentável e redução de reajustes anuais nas contas de luz até 2026. A proposta prevê R\$ 165 bilhões em geração hidroelétrica, eólica, solar e de biomassa. Segundo o governo, a proposta pode gerar até 400 mil empregos com os investimentos privados. Para que isso seja viabilizado, a MP, segundo o governo, permite adequação de prazos de projetos de ge-

ração de energia limpa e renovável ao cronograma de implantação das linhas de transmissão leiloadas pelo governo para escoamento para o centro de carga. Os empreendimentos de energia renováveis poderão acrescentar até 34 gigawatts (GW) de potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo projeções do Ministério de Minas e Energia (MME).

A proposta também antecipa recebimento de recursos a serem pagos no processo de privatização da Eletrobras. Esses recursos pagariam os custos adicionais de energia pelo efeito da pandemia e da crise hídrica de 2021. A medida po-

de reduzir entre 3,5% a 5% os reajustes anuais nas contas de luz, de acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

"Vamos corrigir um erro grosseiro que o setor elétrico conhece bem, do governo anterior. Alguém, em algum momento, achou uma ótima ideia fazer negócios com juros elevadíssimos e jogar o boleto no colo dos brasileiros e brasileiras mais pobres e da classe média, que são os consumidores regulados", destacou o ministro, que disse que os recursos serão usados para quitar empréstimos cujos juros estavam sendo repassados ao consumidor final.

No evento, Lula não se manifestou. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o governo vai buscar medidas para não onerar os consumidores.

A proposta de MP será publicada em edição regular do Diário Oficial da União (DOU), hoje. O texto tem validade imediata, mas precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional em até 120 dias.

AMAPÁ

A MP também adequa à média da Região Norte os reajustes da energia do Amapá. O estado tinha previsão de reajuste neste ano de 44%.

IBGE

Produção industrial fica acima do nível pré-Covid em 9 de 15 locais

DANIELA AMORIM/AE

A produção industrial operava em fevereiro em nível superior ao de fevereiro de 2020, no pré-pandemia de Covid-19, em nove dos 15 locais pesquisados, segundo os dados da Pesquisa

Industrial Mensal - Produção Física Regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os parques industriais que superaram o pré-Covid foram Amazonas (22,1% acima do pré-pandemia), Mato Grosso (14,8%

acima), Minas Gerais (13,3% acima), Rio de Janeiro (12,8% acima), Goiás (9,0% acima), Rio Grande do Sul (3,1% acima), Paraná (1,7% acima), Santa Catarina (1,2% acima) e São Paulo (0,2% acima).

Na média nacional, a indús-

tria brasileira operava 1,1% abaixo do pré-idade sanitária.

Os locais com nível de produção aquém do pré-Covid foram Pernambuco (-4,2%), Espírito Santo (-4,5%), Ceará (-6,9%), Pará (-15,5%), Nordeste (-17,8%) e Bahia (-20,6%).

FECOMÉRCIO

Confiança do empresário sobe 0,7% em março e registra 4ª alta seguida

DANIEL TOZZI MENDES/AE

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) avançou 0,7% na passagem de fevereiro para março, de acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Foi a quarta alta consecutiva do índice, que chegou a 111 pontos, maior nível desde outubro de 2023.

O resultado positivo foi puxado pelo crescimento de 2,8% nas

perspectivas futuras dos empresários, aponta a FecomercioSP, que também destaca o aumento de 3% nas expectativas com a economia do País entre os participantes da pesquisa.

Na avaliação da federação, o ciclo de queda dos juros, aliado ao aumento da massa de salários, está entre os vetores que explicam esse resultado positivo.

O otimismo com o futuro, porém, não reflete na avaliação dos empresários do setor sobre

o presente. O índice de condições presentes caiu 1,3% entre fevereiro e março e a propensão para investimentos recuou 0,3% no período.

A cautela, avalia a FecomercioSP, está relacionada ao alto endividamento das famílias e a algumas incertezas no ambiente macroeconômico. Neste contexto, a federação destaca que os investimentos permanecem em níveis abaixo dos observados no segundo semestre de 2023.

"Com os efeitos da queda da

taxa de juros e a melhora do mercado de trabalho, que, por consequência, gera mais renda disponível das famílias, o empresário espera que suas receitas melhorem nos próximos meses", pontua o assessor econômico da FecomercioSP, Thiago Freitas. "Isso, porém, acaba ofuscado pelo elevado nível de endividamento das empresas e dos consumidores que, somado ao alto custo financeiro, desestimula significativamente os investimentos", ressalta.

APAGÕES

Aneel nega recurso da Enel SP e mantém multa de R\$ 165 mi

LUDMYLLA ROCHA/AE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu, por unanimidade dos votantes, manter a multa de R\$ 165,8 milhões aplicada à Enel São Paulo por conta da demora em restabelecer o serviço após o apagão de novembro do ano passado.

Na ocasião, uma tempestade com ventos de até 105 quilômetros por hora impactou o fornecimento de energia a milhões de consumidores na capital paulista e região metropolitana. Parte dos consumidores

chegou a ficar uma semana sem o serviço.

A multa havia sido aplicada pela área técnica na agência reguladora em fevereiro, mas a empresa recorreu. Agora, a penalidade foi confirmada pela diretoria colegiada da Aneel e deverá ser paga pela empresa.

De acordo com a área técnica da Aneel, a penalidade está sendo aplicada pela demora no restabelecimento do serviço e não pela ocorrência em si. Entre os pontos destacados está o aumento "significativo" da quantidade das equipes apenas na segunda-feira, 6 de novembro,

embora a ocorrência tenha se iniciado na sexta-feira anterior, em 3 de novembro.

A agência citou ainda que após 24 horas do início do evento, o serviço foi restabelecido a aproximadamente 60% dos clientes afetados na área de concessão, enquanto em outras áreas também atingidas pela tempestade, mas atendidas por outras empresas, o percentual era de 80%.

A Aneel pontuou também a piora de indicadores que nos últimos anos. O tempo médio de restabelecimento de interrupções da Enel São Paulo no ano

passado, medida até 31 de outubro, ficou em 10,62 horas, acima das 6,82 horas da média nacional. O número de unidades consumidoras com interrupções com duração superior a 24 horas chegou em seu pior nível quatro anos.

Durante a reunião, o representante da Enel SP, o advogado Fabiano Brito, defendeu ser preciso separar as dimensões do evento da atuação da distribuidora. "A concessionária agiu. Pode não ter sido o perfeito, se pode sempre melhorar. Agora, ela efetivamente agiu e religou um milhão de usuários e boa parte das concessionárias do país não tem sequer esse número de consumidores", pontuou.

Ele chegou a questionar a tipificação da multa e sua dosimetria, ou seja, o valor calculado pela Aneel, mas não foi atendido pelos diretores.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

RECREIO VEÍCULOS S.A.

CNPJ: 39.531.199/0001-10 - NIRE: 33300304959

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)		
	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.614.320	1.567.704
Clientes	12.317.294	8.473.409
Créditos fábrica e terceiros	12.573.787	6.263.636
Estoques	53.087.665	51.325.860
Impostos a recuperar	36.501	29.298
Despesas antecipadas	19.377	287.495
TOTAL DO CIRCULANTE	79.648.944	67.947.402
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais	1.148.865	1.033.652
	1.148.865	1.033.652
INVESTIMENTOS		
IMOBILIZADO		
	2.904.036	2.904.036
	37.648.417	35.995.294
ATIVO DE DIREITO DE USO	3.503.295	816.955
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	45.204.613	40.749.937
TOTAL DO ATIVO	124.853.557	108.697.339

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)		
	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores de veículos e peças	43.446.114	36.963.493
Fornecedores de consumo	2.633.828	1.601.257
Empréstimos e financiamentos	1.672.010	2.203.946
Arrendamentos a pagar	1.196.787	401.605
Obrigações trabalhistas	4.295.231	3.885.114
Tributos a recolher	2.492.275	2.571.222
Adiantamentos de clientes	4.246.914	4.198.577
Outras obrigações	665.208	1.333.568
TOTAL DO CIRCULANTE	60.648.367	53.158.782
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Arrendamentos a pagar	2.458.380	460.194
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.458.380	460.194
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	14.500.000	14.500.000
Reserva estatutária	33.035.776	26.067.872
Reserva legal	2.900.000	2.640.199
Lucro a disposição da assembleia	6.408.646	6.967.904
Lucros acumulados	4.902.388	4.902.388
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.746.810	55.078.363
TOTAL DO PASSIVO	124.853.557	108.697.339

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A RECREIO VEÍCULOS S/A, ("RECREIO" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ 39.531.199/0001-10 com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ é concessionária da Volkswagen do Brasil S/A. A Companhia é controlada pela J. L. BRAZ PARTICIPAÇÕES S/A. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2024. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações financeiras e apuração dos resultados. **a.1) Reconhecimento da receita:** As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **a.i.) Venda de mercadorias e das prestações de serviços:** A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: *i)* identificação do contrato com o cliente; *ii)* identificação das obrigações de desempenho no contrato; *iii)* determinação do preço da transação; *iv)* alocação do preço da transação; e por fim, *v)* reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida. **a.ii.) Vendas de serviços financeiros:** Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c) Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de liquidez imediata, duplicatas a receber e contas a pagar. **d) Clientes e créditos de fábrica e terceiros:** Estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar os valores devidos. **e) Estoques:** Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **g) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **h) Fornecedores:** Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **i) Arrendamento mercantil - CPC 06 (R3):** A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais partes: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. **k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva.

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)							
Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Lucro a Disposição da Assembleia	Resultado Líquido do Exercício	Lucros Acumulados Exercícios Anteriores	Total
Saldo em 31.12.2021	14.500.000	2.175.572	11.416.597	14.651.275	-	4.902.388	47.645.832
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	9.292.531	-	9.292.531
Reserva legal	-	464.627	-	-	(464.627)	-	-
Reservas Estatutária	-	-	14.651.275	(14.651.275)	-	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	-	(1.860.000)	-	(1.860.000)
Lucro a disposição da assembleia	-	-	-	-	(6.967.904)	-	-
Saldo em 31.12.2022	14.500.000	2.640.199	26.067.872	6.967.904	-	4.902.388	55.078.363
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	9.369.449	-	9.369.449
Reserva legal	-	259.801	-	-	(259.801)	-	-
Reserva estatutária	-	-	6.967.904	(6.967.904)	-	-	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	-	(2.701.002)	-	(2.701.002)
Lucro a disposição da assembleia	-	-	-	-	(6.408.646)	-	-
Saldo em 31.12.2023	14.500.000	2.900.000	33.035.776	6.408.646	-	4.902.388	61.746.810

Demonstração de resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Receita operacional líquida	494.157.421	416.049.748	
Custos das vendas e serviços prestados	(442.841.333)	(360.273.573)	
Lucro bruto	51.316.088	55.776.175	
Despesas com vendas	(30.507.899)	(25.586.747)	
Despesas administrativas	(12.747.495)	(15.086.583)	
Depreciações e amortizações	(2.128.616)	(1.175.075)	
Amortizações direitos de uso	(1.223.625)	(923.469)	
Despesas vendas de imobilizados	(2.170.481)	(425.498)	
Receitas vendas de imobilizados	3.711.980	920.400	
Outras receitas operacionais, líquidas	1.925.088	560.053	
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	8.175.040	14.059.256	
Receitas financeiras	11.070.637	2.064.588	
Despesas financeiras	(5.696.626)	(4.068.602)	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	5.374.011	(2.004.014)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.549.051	12.055.242	
(-) Contribuição social	(1.126.739)	(749.968)	
(-) Imposto de renda	(3.052.863)	(2.012.743)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.369.449	9.292.531	
Atribuível a:			
Acionista controlador	4.574.465	4.536.911	
Participação dos não controladores	4.794.984	4.755.620	
	9.369.449	9.292.531	

Demonstração do resultado abrangente para o exercício em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro Líquido do Exercício	9.369.449	9.292.531	
Resultados abrangentes	-	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	9.369.449	9.292.531	
Atribuível a:			
Acionista controlador	4.574.465	4.536.911	
Participação dos não controladores	4.794.984	4.755.620	
	9.369.449	9.292.531	

1. Das atividades operacionais

A-Provenientes das operações:

Lucro líquido acumulado do exercício 9.369.449 9.292.531

Depreciação/amortização 2.128.616 1.175.075

Amortização de direito de uso 1.223.625 923.469

Resultado (positivo) negativo vendas invest/imob/intang. (1.541.499) (494.902)

(=) Lucro Líquido Ajustado **11.180.191** **10.896.173**

B-Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:

Pelo (aumento) diminuição do contas a receber (3.843.885) (534.596)

Pelo (aumento) diminuição de outros créditos (6.317.354) 1.338.818

Pelo (aumento) diminuição da conta de estoques (1.761.805) (19.363.355)

Pelo (aumento) diminuição da conta de despesas antecipadas 268.118 (128.095)

Pelo (aumento) diminuição do realizável a longo prazo (115.213) 796.670

Pelo aumento (diminuição) da conta de fornecedores 1.032.571 (658.838)

Pelo aumento (diminuição) da conta de financiamento fábrica 6.482.621 17.093.477

Pelo aumento (diminuição) do contas a pagar (288.853) 898.143

Arrendamentos pagos (1.116.597) (1.045.958)

(=) Total dos acréscimos/decrécimos nos ativos e passivos **(5.660.397)** **(1.603.734)**

(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais **5.519.794** **9.292.439**

2-Das atividades de investimentos

Pela (aquisição) baixa de investimento - (44.411)

Pela aquisição de imobilizado (5.952.220) (8.577.284)

Pelo recebimento na venda de invest./imobil./intang. 3.711.980 920.400

(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos **(2.240.240)** **(7.701.295)**

3-Das atividades de financiamentos

Aumento (redução) de empréstimo e financiamento-passivo circulante (531.936) 2.203.946

Aumento (redução) de empréstimo e financiamento-passivo não circulante - (752.965)

Pagamento de lucros aos sócios (2.701.002) (2.010.000)

(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos **(3.232.938)** **(559.019)**

4-Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa **46.616** **1.032.125**

5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa

I. Caixa e equivalente de caixa no início do período 1.567.704 535.579

II. Caixa e equivalente de caixa no final do período 1.614.320 1.567.704

Aumento/redução de caixa e equivalente de caixa **46.616** **1.032.125**

J) Outros passivos financeiros: Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação.

RONALD TAVARES COSTA SILVA - Diretor - CPF/MF sob o n.º: 066.444.386-95
CELSO DUARTE DA SILVEIRA - Diretor - CPF/MF sob o n.º: 808.892.397-20
JOSÉ LUIZ SOUZA RAMOS - Contador - CRC/RJ n.º: 126743/0-5
 CPF/MF sob o n.º: 092.883.627-46
 As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG-auditores independentes CRC/MG 005455/O-1"

SGA - VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ nº 36.152.916/0001-04 - NIRE: 33300304207

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)		
	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4.257.482	5.049.742
Clientes	29.437.384	14.760.544
Créditos fábrica e terceiros	3.587.108	7.649.135
Estoques	44.479.717	34.223.814
Impostos a recuperar	1.063.017	77.633
Despesas antecipadas	164.340	98.203
TOTAL DO CIRCULANTE	82.989.048	61.859.071
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos judiciais	650.335	222.594
Outros valores	11.587	-
	661.922	222.594
IMOBILIZADO		
ATIVO DE DIREITO DE USO	30.923.219	16.350.964
INTANGÍVEL	8.947.678	11.441.992
	38.141.666	48.385.417
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	78.674.485	76.400.967
TOTAL DO ATIVO	161.663.533	138.260.038

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)		
	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores de veículos e peças	61.077.161	30.064.490
Fornecedores de consumo	5.096.289	9.479.914
Empréstimos e financiamentos	22.192.037	5.165.557
Arrendamentos a pagar	2.409.304	2.276.628
Obrigações trabalhistas	4.399.415	2.765.976
Tributos a recolher	1.232.687	1.111.898
Adiantamentos de clientes	8.836.898	3.680.463
Outras obrigações	546.555	18.557.326
TOTAL DO CIRCULANTE	105.790.346	73.102.352
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos	19.582.406	24.414.926
Arrendamentos a pagar	6.877.176	9.249.062
Outras obrigações	27.838	50.193
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	26.487.420	33.714.181
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	10.000.000	10.000.000
Reservas de capital	2.484	2.484
Reserva estatutária	18.282.094	12.398.947
Reserva legal	1.101.189	1.101.189
Lucros a disposição da assembleia	-	6.227.586
Lucros acumulados	-	1.713.299
TOTAL DO PASSIVO	161.663.533	138.260.038

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A SGA VEÍCULOS E PEÇAS S/A, ("SGA" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ 36.152.916/0001-04 com sede na cidade do Macaé - RJ é concessionária da Toyota do Brasil Ltda. A Companhia é controlada pela J. L. BRAZ PARTICIPAÇÕES S/A. A Companhia em conexão ao plano estratégico do Grupo, iniciou a exploração da concessão da Toyota do Brasil Ltda., nas cidades de Curitiba e Paranaguá no Estado do Paraná em novembro de 2022. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2024. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações financeiras e apuração dos resultados. **a.1) Reconhecimento da receita:** As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **a.i.) Venda de mercadorias e das prestações de serviços:** A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: *i)* identificação do contrato com o cliente; *ii)* identificação das obrigações de desempenho no contrato; *iii)* determinação do preço da transação; *iv)* alocação do preço da transação; e por fim, *v)* reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida. **a.ii.) Vendas de serviços financeiros:** Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. **b) Caixa**

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.						

CASO MARIELLE

União e PP liberam bancadas e podem anular prisão de Brazão

LEVY TELES/AE

O União Brasil e o PP vão liberar suas bancadas para deixar os deputados decidirem se querem ou não rejeitar a ordem de prisão contra o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), detido preventivamente sob a acusação de ser o mandante da morte da vereadora Marielle Franco. A decisão abre espaço para que a Câmara dos Deputados derrube a ordem emitida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em uma mensagem para a Corte.

O gesto servirá de recado ao Supremo, uma vez que parte dos deputados considera que o ministro não poderia ter decretado a prisão do deputado. O crime foi cometido há seis anos. Ao mesmo tempo em que podem rejeitar a ordem do STF, lideranças estariam dispostas a não poupar Brazão

num processo de cassação de mandato deliberado apenas pela própria Câmara, sem interferência do STF.

Parlamentares alegam que não há fundamentação que justificaria a prisão em caso de flagrante de crime inafiançável - condição a qual um congressista pode ser preso. Outros partidos da base governista que orientariam voto favorável agora estão em impasse.

O líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), tem posicionamento contrário à prisão já na votação preliminar, que ocorrerá na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), hoje. O partido de Elmar tem 58 dos 513 deputados. O PP tem 50 deputados.

Na semana anterior, o MDB, por meio do presidente do partido, deputado Baleia Rossi (SP), disse que a orientação de bancada seria pela manutenção da prisão de Chiquinho.

PIRUINHA

Julgamento de contraventor é adiado

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O julgamento do bicheiro José Caruzzo Escafura, o Piruinha, de 94 anos, foi adiado ontem para o dia 25 deste mês. O contraventor é réu no assassinato de Natalino José do Nascimento Espíndola, o Neto.

Piruinha participaria por videoconferência, já que está em prisão domiciliar em razão de problemas de saúde.

O adiamento foi solicitado pelo Ministério Público estadual, que alegou falta de tempo para analisar a junção de outros dois processos ao de Piruinha: o da filha do contra-

ventor, Monaliza Escafura, que está foragida; e o do policial militar Jeckson Lima Pereira, preso há dois anos.

De acordo com as investigações, Piruinha e a filha teriam contratado o policial militar para executar Neto, dono de uma loja de carros na zona norte do Rio. Segundo a promotória, os três réus precisam ser julgados juntos, já que a denúncia imputa a eles o crime.

A denúncia diz que o crime foi praticado por motivo torpe, como punição por uma dívida em dinheiro que o negociante tinha com o contraventor e a filha dele.

EDUCAÇÃO

Governo do RJ chama 165 professores para a rede de ensino

O Governo do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Educação, autorizou a chamada de professores aprovados nos últimos concursos, realizados em 2013 e 2014. Uma nova lista de convocados foi publicada no Diário Oficial de ontem. Ao todo, são 165 candidatos, que atuarão com carga horária de 18 e de 30 horas semanais. Eles passarão pelos processos previstos nos editais e vão reforçar as salas de aula em todo o estado.

“Sabemos da importância desse reforço para as nossas salas de aula. Essa é mais uma conquista na busca da valorização da Educação. Semana passada, conseguimos mais de 200 nomeações e vamos seguir nessa missão para que os alunos tenham a formação que todos merecem”, assegurou o governador.

Os convocados serão recebidos nas 14 Regionais Administrativas espalhadas por diferentes municípios no estado, conforme as unidades escolares nas quais irão trabalhar. Eles vão atender diversas disciplinas, como Artes, Biologia, Ciências, Disciplinas Pedagógicas, Educação Física, Ensino Religioso, Espanhol, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia.

Para a secretária Roberta Barreto, a convocação dos profissionais contribuiu para au-

mentar a empregabilidade no estado.

“Ainda há muito a se fazer para alcançarmos a educação pública que tanto desejamos, mas esta nova convocação de professores mostra que estamos no caminho certo, valorizando os profissionais da educação e garantindo o acesso e a permanência dos nossos jovens em sala de aula para que tenham um futuro melhor”, disse a secretária, dando boas-vindas aos profissionais.

Os candidatos deverão comparecer no local, dia e hora fixados no edital, com original e cópia de RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento - com as respectivas averbações, se for o caso -, PIS/PASEP, Título de Eleitor, CTPS, Certificado de Reservista, Diploma de Conclusão, Comprovante de Residência e credenciamento expedido pela Autoridade Religiosa, de acordo com o edital do concurso.

Após serem habilitados pela Coordenadoria de Inspeção Escolar da Regional, os candidatos serão encaminhados à Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional - SPMO/SES, para perícia médica admissional. Lá deverão apresentar os exames listados na publicação. Para saber os detalhes da convocação, basta acessar: <https://www.seeduc.rj.gov.br/concursos>.

SEROPÉDICA

Em luto, UFRRJ suspende atividades por morte de aluno

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica, suspendeu todas atividades acadêmicas ontem, em virtude dos graves acontecimentos decorrentes de um conflito armado ocorrido segunda-feira passada entre organizações criminosas. O estudante Bernardo Paraíso, de 24 anos, que estava no último ano de ciências biológicas, morreu no confronto.

A instituição decretou luto oficial de três dias pela morte de Bernardo, manifestou pesar aos parentes e amigos do jovem e enfatizou que nenhuma palavra é capaz de expressar o sentimento de revolta que todos estão sentindo.

A Administração Central da UFRRJ informou que continuará monitorando a situação e se prontificou a colaborar com os esforços coletivos da comunidade universitária e da sociedade civil para cobrar das autoridades medidas urgentes para reverter a situação de “extrema vulnerabilidade” em que se encontra o município.

OUTROS FERIDOS

O bebê Daniel Claudino da Silva Pinto, de 1 ano, a irmã dele, Maitê, de 3, e a mãe das crianças, Rosiane Claudino de Freitas, de 34, também foram baleados na segunda-feira. Eles estavam perto do supermercado

onde Bernardo Paraíso tinha ido fazer compras, junto com uma amiga, também estudante.

Os feridos foram encaminhados ao Hospital Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Ferido de raspão no joelho esquerdo, o bebê foi levado por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), passou por exames de imagens que não constataram fraturas e foi liberado ainda na noite de segunda-feira.

A menina deu entrada no hospital com uma bala alojada na altura da coluna e outra que entrou pelo ombro esquerdo e parou na região do tórax, mas apenas em tecido subcutâneo. Segundo a prefeitura, a criança, cujo estado é grave, está sendo acompanhada por neurocirurgias e ortopedistas e deve passar por cirurgia para correção da fratura do braço esquerdo. A mãe das crianças foi atingida na coxa esquerda, mas não teve restrição de movimentos e recebeu alta na noite de ontem.

VIOLÊNCIA

Em nota, o Instituto Fogo Cruzado, que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos sobre violência armada, informou que, com este caso, chega a 66 o número de tiroteios no município em oito anos. Entre julho de 2016 e abril deste ano, 27 pessoas foram mortas e 17 ficaram feridas.

Apenas neste ano, em 10 tiro-

teios, duas pessoas morreram e cinco ficaram feridas, informou o Fogo Cruzado. Segundo a instituição, não é de hoje que moradores de Seropédica reclamam da violência no município. Em nove dias, abril deste ano já é o mês com mais tiroteios e mais feridos em Seropédica nos últimos oito anos. Foram cinco tiroteios entre os 10 mapeados, só em 2024. Sete pessoas foram baleadas e uma morreu (o estudante Bernardo) e seis ficaram feridas.

Nos últimos 30 dias, houve oito tiroteios, com uma pessoa morta e seis feridas. É o período mais violento da série histórica. No mesmo período no ano passado, houve um tiroteio sem vítimas e em 2022, um que terminou com um morto.

A alta da violência no município veio após a morte, em março, de um miliciano, Ricardo Coelho da Silva, apontado como líder de um grupo com atuação em Nova Iguaçu e Seropédica. Desde a morte dele, houve sete tiroteios e sete pessoas baleadas na região. Em oito anos, três crianças foram baleadas, e uma delas morreu. As crianças estavam dentro do carro família e foram atingidas durante uma abordagem da Polícia Rodoviária Federal, no Arco Metropolitano.

MILÍCIA

O professor de Sociologia da Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro José Cláudio Alves diz que a morte de líderes

de milícias da região de Seropédica nos últimos anos resultou na fragmentação entre grupos paramilitares.

Segundo José Alves, até as festas de fim de semana feitas pelos universitários nas repúblicas onde moram dependem do pagamento de uma taxa para serem realizadas. “Se eles (milicianos) passam e escutam o som mais alto nas repúblicas e confraternização entre os universitários, batem na porta e exigem o pagamento da taxa para que a comemoração prossiga. Caso contrário, chegam armados e mandam acabar.”

“Com a aproximação das eleições municipais, marcadas para outubro deste ano, em Seropédica, as milícias apoiam os candidatos que oferecerem mais dinheiro para poder circular e contar com apoio da milícia da região”, afirmou o professor de Sociologia.

MANIFESTAÇÃO

Os moradores de Seropédica, que fica na região metropolitana do Rio, vão fazer, no próximo sábado, uma grande caminhada pela paz no centro do município. Eles pretendem participar, em seguida, de um encontro com deputados estaduais na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) para discutir soluções para o problema da criminalidade na cidade. Uma das reivindicações é de aumento do efetivo policial e o trabalho dos agentes se estenda ao campus da UFRJ.

PLATAFORMA

Rio ganha Observatório dos Negócios de Impacto Social

Mais de 350 negócios de impacto social e ambiental e 53 dinamizadoras que atuam no Estado do Rio de Janeiro agora estão em uma única plataforma. A partir de um mapeamento georreferenciado, a plataforma do Observatório dos Negócios de Impacto Social e Ambiental do Estado do Rio de Janeiro é um

hub que conecta e reúne agentes responsáveis por iniciativas de impacto social e as instituições que apoiam ou poderão apoiar essas iniciativas.

Na prática, a plataforma permite que, ao conhecer o perfil dos negócios de impacto social e ambiental, a conexão com os apoiadores seja focada, mais

fluida e fácil de ser implementada. Os temas são variados e abordam desde a agricultura e desenvolvimento urbano, conservação e preservação ambiental, cooperativismo, consumo consciente, até iniciativas na área do Direito com direitos das pessoas com deficiência, das crianças e adolescentes, das pessoas idosas, dos animais, dos imigrantes e refugiados, entre várias outras.

O projeto é uma iniciativa do Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Sckow da Fonseca (CEFET-RJ) e do Rio de Impacto com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) em parceria com o Observatório de Inovação Social de Florianópolis.

A diretora do Observatório de Negócios de Impacto Social e Ambiental, Inessa Salomão, destacou que este é um projeto de pesquisa e extensão que se transformou em um legado para o Estado do Rio em termos de política pública. Uma plataforma que tem Rio de Janeiro, o link é <http://www.riodeimpac-to.com.br>.

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR

CNPJ nº 02.201.787/0001-85

Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em sua sede social, à Rua Maria Angélica, 310 - parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2023; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; e c) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. A Administração.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A

CNPJ nº 33.547.449/0001-23

Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2024, em sua sede social, à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2023; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; c) Fixação dos honorários da Diretoria; e d) Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. A Diretoria.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS

ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.

CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. (“Sociedade”) convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 13:25h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson 231, 28º andar (parte), com vistas a deliberar sobre a seguinte matéria: Tomar as contas da administração e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **Instruções Gerais:** Os instrumentos de mandato, para representação na Reunião, deverão ser depositados na sede social da Sociedade com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Reunião. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024. **MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM** Administradora da Sociedade



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90011/2024 no dia 24/04/2024 às 11h00min. - Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de monitorização individual aos servidores profissionalmente expostos à radiação ionizante, com fornecimento de dosímetros, a fim de garantir a segurança e a saúde dos profissionais de saúde, nos termos da tabela do Termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Processo nº 33433.099733/2022-53. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

BG ANCAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 16.813.094/0001-58 - NIRE: 333.0033218-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024: HORA, DATA E LOCAL: No dia 29 de fevereiro de 2024, às 07:30 horas, na sede da BG Ancar Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 7.777 subsolo, Barra da Tijuca, CEP 22793-081. **CONVOCAÇÃO E PRESENCIA:** Presente a totalidade dos acionistas, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76. **MESA:** Presidente: Marcos Baptista Carvalho; e Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. **ORDEM DO DIA:** (i) redução de capital da Companhia, com determinação da forma de restituição ao acionista dos valores relativos às ações canceladas, tendo em vista o seu valor excessivo; (ii) alteração do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir a redução de capital; e (iii) autorização para que a Diretoria proceda com a publicação da presente ata e realize todos os atos necessários para a efetivação da redução de capital mencionada no item (i) acima, se aprovada. **DELIBERAÇÕES:** A seguir, por unanimidade de votos, os acionistas deliberaram e aprovaram: (i) a redução do capital social da Companhia, por o considerar excessivo ao objeto social da Companhia - em consonância com o disposto nos artigos 173 e 174 da Lei das S.A. -, de R\$ 156.046.950,37 (cento e cinquenta e seis milhões, quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos) para R\$ 92.391.585,37 (noventa e dois milhões, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), sendo a referida redução, no valor de R\$ 63.655.365,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais), realizada, conforme aprovada de forma unânime pelos acionistas, incluindo a totalidade dos titulares de ações preferenciais, de forma desproporcional à participação destes no total de ações da Companhia, de modo que será restituído ao titular das ações ordinárias da Companhia o montante de R\$ 63.655.365,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais), mediante a cessão dos créditos da Companhia decorrentes da alienação de imóveis ao VINCI SHOPPING CENTERS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII, inscrito no CNPJ sob o nº 17.554.274/0001-25, com o consequente cancelamento de 69.078.405 (sessenta e nove milhões, setenta e oito mil, quatrocentos e cinco) ações ordinárias de emissão da Companhia. (ii) em consequência das deliberações acima, aprovar a nova redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: “O capital social é de R\$ 92.391.585,37 (noventa e dois milhões, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), dividido em 90.601.545 (noventa milhões, seiscentos e um mil, quinhentos e quarenta e cinco) ações ordinárias e 22.629.602 (vinte e dois milhões, seiscentas e vinte e nove mil, seiscentas e duas) ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.” (iii) Determinar que a Diretoria da Companhia proceda à publicação desta ata, sendo certo que a redução de capital ora aprovada se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a referida publicação, nos termos do art. 174 da Lei das S.A., sem que tenha havido oposição de credores ou, se tiver havido oposição de algum credor, desde que feita a prova do pagamento do seu crédito ou do depósito judicial da importância respectiva; e, ainda, uma vez decorrido referido prazo, a Diretoria tome todas as providências necessárias para efetivar a redução de capital e a transferência para o único acionista do percentual do imóvel referido no item (i) acima, podendo, inclusive, assinar todo e qualquer instrumento necessário para este fim. **ENCERRAMENTO:** Às 08:00 horas, o Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Membros da Mesa: Presidente: Marcos Baptista Carvalho; Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. Acionistas: Ancar Ivanhoe Shopping Centers Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Ivanhoe Brazil Equities Inc.; Ricardo Biederman de Carvalho; Roberto Luiz Biederman de Carvalho; Luciana Biederman de Carvalho; Marcos Baptista Carvalho; Marcelo Baptista Carvalho e Mariana Baptista Carvalho de Oliveira. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2024. Marcos Baptista Carvalho - Presidente da Mesa; Marcelo Baptista Carvalho - Secretário da Mesa

COMBATE A FAKE NEWS

Toffoli pressiona Câmara com Marco Civil da Internet

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse em nota divulgada pela assessoria do Tribunal que deve liberar o julgamento sobre o Marco Civil da Internet até o fim de junho deste ano. O caso, que discute a responsabilidade das plataformas digitais por conteúdos pu-

blicados por seus usuários, chegou a ser pautado no ano passado, mas foi suspenso para aguardar o julgamento do projeto de lei (PL) das Fake News na Câmara. A matéria, contudo, não avançou no Congresso por falta de consenso.

"Em razão de solicitação para se aguardar a votação, na Câmara dos Deputados, de novas regras dispondo sobre a matéria, o

julgamento do caso acabou não ocorrendo em 2023. Os autos deverão ser encaminhados para julgamento até o final de junho deste ano, encontrando-se, a proposta de voto, ainda pendente de ajustes pontuais", disse o ministro.

O debate sobre a regulamentação das redes sociais foi reacionado nos últimos dias, quando o ministro Alexandre de Moraes e

o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram atacados por Elon Musk, dono do X. Ele criticou uma suposta "censura" no Brasil e ameaçou descumprir decisões judiciais que determinam a inativação de perfis na plataforma. No domingo, Moraes incluiu Musk no inquérito das milícias digitais e abriu outra investigação para apurar sua conduta.

'Câmara de Arthur Lira' enrola para votar proposta contra Fake News

IANDER PORCELLA/AE

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários da Casa decidiram criar um grupo de trabalho para discutir fake news e regulamentação das redes sociais, mas sem o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) na relatoria. A avaliação é de que o projeto de lei relatado pelo parlamentar está "contaminado" e, por isso, ele perdeu as condições de liderar o debate.

O debate sobre fake news voltou ao Congresso após o bilionário

norte-americano Elon Musk ameaçar descumprir ordens do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relacionadas à suspensão de contas no X (antigo Twitter).

De acordo com Lira, o Grupo de Trabalho deve ter duração de 30 a 45 dias, para que o texto fique "mais maduro" e sem disputas políticas e ideológicas antes de ir a plenário. "O texto foi polemizado", afirmou. "Teve os problemas da agência reguladora, de todas as versões feitas e praticadas pelas redes sociais com relação à falta

de liberdade de expressão, à censura. Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não tem apoio. Não é questão de governo e oposição", emendou. O deputado disse que os grupos de trabalho sempre tiveram êxito em destravar temas polêmicos. Um exemplo foi a reforma tributária sobre o consumo, aprovada em 2023.

O presidente da Câmara também disse não ver na decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), de retomar a discussão do marco civil da

internet na Corte como uma interferência na Câmara. "O ministro Toffoli, (assim) como os (outros) ministros do STF, decide sobre matérias que estão postas lá. Uma coisa não tem nada a ver com outra", disse Lira.

Em reunião na residência oficial de Lira ontem, ficou definido que as lideranças dos partidos farão indicações para o grupo de trabalho que será formado para discutir regras para as redes sociais. Não há previsão para a conclusão do debate, e a expectativa de avanço no curto prazo é baixa.

LEGISLAÇÃO

Governo defende que órgão supervisione redes sociais

LUCAS PORDEUS LÉON/ABRASIL

O governo federal defende que um órgão ou entidade independente monitore o cumprimento da legislação brasileira pelas redes sociais, afirmou ontem o secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), João Brant. "Precisa ter uma entidade de supervisão em relação às obrigações das plataformas. Uma parte das obrigações, que são especificamente das plataformas,

precisam estar sob supervisão de um órgão independente. O governo está batendo martelo qual órgão do Poder Executivo deve cumprir esse papel", afirmou Brant, em entrevista exclusiva aos veículos da *Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*, acrescentando que não há definição de qual entidade fará esse papel.

Com os ataques do multibilionário Elon Musk, dono da plataforma X, antigo Twitter, ao ministro Alexandre de Moraes, lideranças governistas e o presidente

do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) voltaram a defender a necessidade de se aprovar uma regulação para as redes sociais. Por outro lado, lideranças da oposição saíram em defesa do multibilionário.

O secretário de Políticas Digitais diz que a regulação do Reino Unido e da União Europeia são referências para o Brasil. O objetivo, segundo ele, é que tudo aquilo que for crime fora das redes também seja entendido como crime no ambiente digital, com a res-

pectiva penalização.

"Ele (o órgão regulador) precisa entender se as regras que as plataformas dizem que tem estão sendo aplicadas devidamente. Por exemplo, temos difusão de racismo frequente nas redes? Então, esse é um problema do algoritmo", afirmou Brant, acrescentando que, nesses casos, as redes deveriam realizar ajustes.

"Não é ficar dizendo 'o post de fulano de tal precisa ser derrubado ou não'. Isso não existe no projeto de lei", completou.

MEIO AMBIENTE

Em recado a Musk, Lula pede que ricos usem dinheiro para preservar florestas

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cobrou que os países desenvolvidos deem suporte ao financiamento para a preservação de florestas. Sem citar nominalmente o empresário Elon Musk, dono do X, antigo Twitter, Lula disse que o bilionário terá que usar o dinheiro para "ajudar a preservar" o meio ambiente.

"Hoje nós temos gente que não acredita que o desmatamento e as queimadas prejudicam o planeta Terra", disse, em evento de lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamen-

to e Incêndios Florestais na Amazônia. "Tem até bilionário tentando fazer foguete, tentando fazer viagem para ver se encontra espaço lá fora, não tem. Ele vai ter que aprender a viver aqui, ele vai ter que usar muito do dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui." A cerimônia ocorreu ontem, no Palácio do Planalto.

O chefe do Executivo brasileiro aproveitou a presença de um representante do Conselho Europeu no evento para dizer que os países desenvolvidos "têm que compreender que ele tem que pagar para que os países que têm floresta em pé levem a sério essa questão". Segundo o

petista, "o mundo rico tem que pagar pelo que fizeram no passado, é uma dívida com o planeta Terra". "Eles têm que pagar, ajudar a financiar, para que a gente possa dar aos prefeitos, às pessoas que moram [na cidade], a certeza de que vai valer a pena ele preservar, ter uma agricultura sustentável", defendeu.

No discurso, Lula pediu que as áreas tenham conhecimento sobre suas responsabilidades. Nesse sentido, ele comentou que, muitas vezes, o governo federal, os governos estaduais e os municípios "jogam a responsabilidade" um para o outro. "Quando tá ruim, ninguém é pai da criança, aí todo mundo

foge do assunto; nós não queremos fugir do assunto. Temos um compromisso assumido por conta e risco nosso que até 2030 vamos anunciar ao mundo desmatamento zero nesse País", disse.

Segundo Lula, manter florestas em pé, muitas vezes, têm um maior ganho econômico que manter rebanho de gado. "Tentar fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta em pé é um ganho econômico às vezes muito mais do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar o gado, mas o gado pode ser criado em um lugar que não se precisa derrubar floresta", comentou.

foragido desde novembro de 2023, quando quebrou a tornezeira eletrônica que usava por ordem judicial no âmbito da Operação Deepwater, aberta em março de 2021. A ordem foi expedida pela 1ª Vara Federal de Uberlândia (MG). O hacker ficará à disposição da Justiça no Centro de Observação Penal, em Salvador, informou a PF. O suspeito já havia sido preso em outra ocasião: em 2019, por invadir os sites da Polícia Civil e do Ministério Público de Minas, do Tribunal de Justiça de Goiás e do Exército.

MUSK & MORAES

Gonet defende que executivos do X falem à PF sobre ataques

RAYSSA MOTTA/AE

O procurador-geral da República Paulo Gonet sugeriu que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobre esclarecimentos dos representantes legais da rede social X sobre a promessa do empresário Elon Musk, dono da empresa, de liberar contas suspensas por ordem judicial.

Em manifestação enviada ontem, ao STF, Paulo Gonet afirma que considera "pertinente" que os representantes do X no Brasil sejam ouvidos pela Polícia Federal para es-

clarecer se algum bloqueio foi levantado e, em caso afirmativo, apontar quem deu a ordem e quais contas foram reativadas.

"O Ministério Público Federal entende pertinente que os representantes legais da rede 'X' no Brasil sejam ouvidos para esclarecer se o Sr. Elon Musk detém, nos termos dos estatutos da empresa, atribuição para, sponete sua, determinar a publicação de postagens na rede referida e se o fez, efetivamente, com relação a perfis vedados por determinação judicial brasileira em vigor", diz o parecer enviado ao STF.

APOIO A MORAES

Cármén Lúcia diz que empresas se submetem às leis do País

RAYSSA MOTTA/AE

A ministra Cármén Lúcia se somou ontem, às manifestações de apoio ao colega Alexandre de Moraes na queda de braço com o empresário Elon Musk, dono do X, que ameaçou descumprir decisões judiciais de bloqueio a perfis na plataforma.

Ao abrir a sessão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e sem citar diretamente o caso, a ministra afirmou que os magistrados têm o dever de fazer com que suas decisões sejam cumpridas.

"Todas as pessoas físicas ou jurídicas submetem-se ao Direito do País e cumprem as decisões judiciais. Ao juiz é conferida a tarefa de julgar e fazer com que se cumpram seus julgados", defendeu. "Para garantir a autoridade dos julgamentos e o seu cumprimento, há juízes no Brasil."

Cármén Lúcia disse ainda que há espaço para críticas e caminhos legais para contestar as decisões judiciais, mas defendeu que não há margem para o seu descumprimento.

"Decisão judicial pode ser objeto de recurso, pode ser criticada, pode ser questionada, só não pode ser descumprida", declarou. "Sem Judiciário independente e garantidor da eficácia dos seus julgados, não há garantia de direito. Sem a garantia do Estado Democrático de Direito, não há segurança da democracia. Sem democracia não há liberdade. E sem liberdade não há dignidade."

A cúpula do Poder Judiciário se uniu em defesa de Moraes. Segunda-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, divulgou uma nota institucional com críticas ao que chamou de "instrumentalização criminosa das redes sociais". "Toda e qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição Federal", diz o comunicado.

O ministro Edson Fachin também defendeu o colega. "Nenhum CEO pode dizer que não vai cumprir decisão judicial", reagiu ao defender que Elon Musk responda por fomentar o descumprimento de ordens do STF.

REPÚBLICA DO PARANÁ

TRE afasta 'abuso de poder econômico' e livra Moro de cassação

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

gível por oito anos.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná votou ontem contra a cassação do senador Sergio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava Jato.

Na sessão de ontem, o TRE atingiu placar de 5 votos a 2 para rejeitar ações do PT e PL para tirar Moro do cargo de senador. O último voto foi proferido na sessão de ontem pelo presidente do TRE, Sigurd Roberto Bengtsson, que votou a favor de Moro.

O tribunal realizou ontem a quarta sessão para julgar o caso. Os desembargadores Luciano Carrasco Falavinha Souza, Claudia Cristina Cristofani e Guilherme Frederico Hernandes Denz e Anderson Ricardo Fogaça e Sigurd Roberto votaram contra a cassação. Os desembargadores José Rodrigo Sade e Julio Jacob Junior se manifestaram a favor.

Os advogados do PT e do PL afirmaram que vão recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se Moro for cassado pelo TSE, novas eleições serão convocadas no Paraná para preencher a vaga do senador. Ele também poderá ficar inele-

O JULGAMENTO

No final de 2021, Moro estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República. De acordo com a acusação, houve "desvantagem ilícita" em favor dos demais concorrentes ao cargo de senador diante dos "altos investimentos financeiros" realizados antes de Moro deixar a sigla e se candidatar ao Senado pelo partido União Brasil.

Para o Ministério Público, foram gastos aproximadamente R\$ 2 milhões, oriundos do Fundo Partidário, com o evento de filiação de Moro ao Podemos e com a contratação de produção de vídeos para promoção pessoal, além de consultorias eleitorais. O PL apontou supostos gastos irregulares de R\$ 7 milhões. Para o PT, foram R\$ 21 milhões.

A defesa de Moro argumenta pela manutenção do mandato e nega irregularidades na pré-campanha. De acordo com o advogado Gustavo Guedes, Moro não se elegeu no Paraná pela suposta pré-campanha "mais robusta", conforme acusa as legendas.

Nota

PF PRENDE HACKER QUE INVADIU SITES DO SENADO, TSE E EXÉRCITO E VAZOU DADOS DE 223 MILHÕES

A Polícia Federal prendeu ontem de manhã, em Feira de Santana, um hacker suspeito de promover o maior vazamento de dados do País, com a divulgação de informações de 223 milhões de pessoas. Segundo os investigadores ele é investigado por invadir sites do Senado, Exército e Tribunal Superior Eleitoral. Agora detido preventivamente, o hacker estava

LIGAÇÃO COM PCC

Prefeitura decreta intervenção em empresas de ônibus

SAMUEL LIMA
E MARCELO GODOY/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwólf e UPBus em meio às suspeitas de que as companhias estariam sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas. A decisão cumpre determinação da Justiça, que pediu a intervenção direta na Transwólf e, no caso da UPBus, deu a opção de intervir na companhia ou entregar as suas linhas a outra operadora do sistema.

Ontem, a Operação Fim da Linha buscou cumprir 52 mandados de busca, sendo 4 de prisão em São Paulo, e mobilizou 340 policiais, promotores, Receita Federal e o Cade.

As duas empresas passam a ser geridas por funcionários da SPTrans e por comitês formados por servidores da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria da Fazenda. Quem assume a Transwólf é o diretor de Planejamento de Transporte da SPTrans, Valdemar Gomes de Melo. O interventor da UPBus será o diretor de Operações da empresa municipal, Wagner Chagas Alves.

O decreto aponta que os comitês devem se pautar "estritamente de acordo com as determinações e estipulações contratuais, ficando, inclusive, responsáveis para requisitar os meios necessários para promoção de auditoria na empresa ora interdita". Nunes diz que o serviço não será paralisado. "Não haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas."

As duas empresas juntas transportam em média 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo. São 15 milhões pela Transwólf e 1,68

milhão pela UPBus. No ano passado, a Prefeitura repassou R\$ 748 milhões em recursos do sistema de transporte para a Transwólf, que tem 1.111 ônibus na zona sul, e R\$ 81,8 milhões para a UPBus, com seus 138 ônibus na zona leste.

LIGAÇÃO COM PCC

Como mostrou o Estadão, as 1ª e a 2ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital determinaram o afastamento de 15 acionistas da UPBus e seis da direção da Transwólf e da cooperativa Cooperpam. Eles são suspeitos de manter ligações com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Entre os atingidos pela medida estão os presidentes das duas empresas: Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora (Transwólf), e Ubiratan Antonio da Cunha (UPBus).

No caso da UPBus, ainda são alvo três parentes do traficante Anselmo Bachelli Santa Fausta, o Magrelo ou Cara Preta, assim como o ladrão de banco Alexandre Salles Brito, o Buiú, e o advogado Ahmed Hassan Saleh, o Mude, acusados de participar do esquema de lavagem de dinheiro da facção. Para a Justiça, os indícios obtidos pela investigação tornam o afastamento dos diretores da empresa indispensável para cessar a atividade criminosa.

A manutenção dos acusados na empresa prejudicaria a coleta de provas e o processo, além de ser necessário encerrar a mistura entre o dinheiro lícito recebido da Prefeitura e o ilícito colocado na companhia pelo PCC. Há ainda casos de acionistas que foram proibidos de pisar na empresa, caso de Décio Gouveia, o Décio Português, que é tido pelo Ministério Público como homem de confiança de Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola. Décio foi solto no fim de 2023 por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

GOVERNO TARCÍSIO

Ataques a banco e carros-fortes causam terror em São Paulo

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Ataques com explosivos a um banco e três carros-fortes geraram um clima de terror em cidades do interior de São Paulo, na segunda-feira passada. Depois de assaltar uma agência bancária em São Pedro, na região de Piracicaba, os criminosos explodiram e roubaram o dinheiro de dois carros-fortes na Rodovia Washington Luís, em Cordeirópolis. Um terceiro blindado foi atacado na Rodovia Luiz de Queiroz. Um homem de 67 anos, morador de Limeira, que trafegava com o filho pela Rodovia Washington Luís descreveu momentos de medo e aflição. Ele pediu para não ser identificado.

"Eu estava em sentido contrário e, quando vi a bagunça do outro lado, logo percebi que não era acidente. Pedi para meu filho encostar e nos abaixamos, pois os bandidos ainda estavam lá. Vi que um ônibus ficou preso no meio da confusão. Tinha carro incendiado do lado da pista. Foi assustador", disse. Assim que a polícia chegou, ele e o filho seguiram adiante.

A prefeitura de Cordeirópolis informou que um dos passageiros do ônibus que estava próximo do ataque aos carros-fortes na Washington Luís se assustou com as explosões e passou mal. Ele foi levado para uma unidade de saúde do município, recebeu

atendimento e foi liberado. Na busca aos criminosos, um suspeito foi morto, dois foram presos e fuzis, munições e explosivos, além de veículos usados nos ataques, foram apreendidos pela polícia.

MADRUGADA

O ataque ao banco aconteceu por volta das 3 horas da madrugada de segunda-feira e as explosões acordaram os moradores da cidade, estância turística de 38 mil habitantes.

Os criminosos chegaram em quatro veículos e bloquearam os acessos à agência do Banco do Brasil, no bairro Santa Cruz, próximo ao centro da cidade. Na fuga, espalharam pregos retorcidos, conhecidos como miguéritos, pelas ruas para dificultar a perseguição e trocaram tiros com policiais militares. Ninguém ficou ferido. Moradores e usuários de rodovias que estavam próximos dos locais dos ataques relatam momentos de pânico. O vigilante João Angelino da Silva, de 57 anos, estava de serviço em um restaurante a duas quadras do banco, em São Pedro, quando ouviu as explosões. "Foram três estrondos mais fortes e dois mais fracos. As vidraças balançaram como se a terra estivesse tremendo. Depois ouvi o barulho dos tiros e já pensei em assalto, pois não é a primeira vez que acontece", disse.

DISPUTA

Maduro envia documentos sobre Essequibo a TPI em Haia

Uma delegação da Venezuela entregou na segunda-feira passada, dezenas de caixas ao Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, com documentos sobre a disputa entre o país e a Guiana pelo território de Essequibo. Entre os papéis, estão títulos históricos que, segundo o governo do ditador Nicolás Maduro, respaldam a sobe-

rania da Venezuela sobre o território rico em petróleo.

Segundo Maduro, a região estava sob jurisdição venezuelana no momento da independência de Espanha. De acordo com a Venezuela, Essequibo foi roubado quando a fronteira com a Guiana foi traçada no final do século XIX. Essequibo equivale a dois terços do território da Guiana.

Apesar da entrega dos documentos, Maduro disse que a Venezuela segue sem reconhecer o TPI como foro para a resolução da controvérsia.

Na semana passada, o ditador venezuelano sancionou uma lei que cria o Estado de Essequibo, o que aumentou as tensões na região.

Em resposta, o governo da

Guiana afirmou que não vai permitir a anexação do território pela Venezuela.

Em comunicado, o governo de Mohamed Irfaan Ali informou que Maduro ignora os "princípios mais fundamentais do direito internacional" e contradiz o acordo bilateral de tratar o assunto sem "provocações" e "interferência de terceiros".

IRLÂNDIA

Harris é eleito premiê aos 37 anos, o mais jovem a ocupar o cargo

O legislador centrista Simon Harris foi eleito primeiro-ministro pelo Parlamento irlandês ontem, tornando-se, aos 37 anos, o líder mais jovem a ocupar o cargo. Harris assume para substituir Leo Varadkar, que anunciou a renúncia ao cargo no mês passado.

Os legisladores do Dáil, a câmara baixa do parlamento irlandês, confirmaram Harris como primeiro-ministro, por 88 votos a 69 contra. "Quero trazer novas ideias, nova energia e nova empatia à vida pública", disse após sua eleição o novo primeiro-ministro, do partido de centro Fine Gael, ao qual Varadkar também pertence.

Harris sucede Varadkar, que renunciou devido a razões "pessoais e políticas", no governo de

coalizão centrista. A renúncia foi anunciada depois da derrota no referendo proposto pelo governo para modificar as referências à mulher e à família na Constituição.

O jovem líder do Fine Gael chega ao posto do chefe de governo a menos de um ano das eleições legislativas irlandesas, que devem acontecer antes de 22 de março de 2025. Harris, neste ano que resta antes das eleições, tentará ganhar votos para seu partido, que se encontra em terceiro lugar nas pesquisas.

"Agora é um bom momento para construir um novo contrato social, criando igualdade de oportunidades, apoiando que mais precisa do Estado, protegendo nosso sucesso econômi-

co e utilizando seus lucros para oferecer resultados tangíveis à sociedade", disse Harris em seu discurso após ser eleito.

24 ANOS

Simon Harris, que era ministro do Ensino Superior no antigo gabinete, se torna o mais jovem "taoiseach" (palavra no idioma gaélico para denominar um chefe ou líder) da história da Irlanda. Harris foi eleito pela primeira vez para o parlamento aos 24 anos e foi apelidado de "TikTok taoiseach" por causa de seu gosto por se comunicar nas redes sociais.

Seu sucessor Varadkar também foi o primeiro-ministro mais jovem de todos os tempos quando eleito pela primeira vez,

aos 38 anos, bem como o primeiro primeiro-ministro abertamente gay da Irlanda. Varadkar, cuja mãe é irlandesa e o pai indiano, também foi o primeiro taoiseach birracial da Irlanda.

Como líder da Irlanda, Harris enfrenta desafios que incluem um serviço de saúde sobrecarregado, custos crescentes de habitação e um êxodo de legisladores do Fine Gael, mais de 10 dos quais afirmaram que não concorrerão à reeleição.

O novo primeiro-ministro alertou que a unificação da Irlanda, tema recorrente após a vitória do Sinn Féin na Irlanda do Norte, não será sua "prioridade", embora, segundo suas palavras, seja uma "aspiração política legítima".

DIREITOS HUMANOS

Tribunal: Suíça violou direitos de idosos ao não conter mudanças climáticas

O mais alto tribunal de direitos humanos da Europa decidiu ontem que os países devem proteger melhor seus povos das consequências das mudanças climáticas apoiando um grupo de idosos da Suíça o governo, em uma decisão histórica que poderá ter implicações em todo o continente.

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos deu razão à associação suíça "Idosos pela Proteção do Clima", mas rejeitou outras duas demandas similares, apresentadas por seis jovens portugueses contra 32 países e por um ex-prefeito francês, que procurava forçar os governos a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

O caso suíço, no entanto, era muito aguardado por estabelecer jurisprudência para os 46 países membros do Conselho Europeu. A associação suíça, formada por 2,5 mil mulheres com média de idade de 73 anos, denunciou ao tribunal com sede em Estrasburgo, nordeste da França, que as "deficiências" da Suíça em termos de proteção climática "prejudicam gravemente o seu estado de saúde".

A corte considerou que a Suíça violou o artigo 8 da Convenção, que aborda o "direito ao respeito à vida privada e familiar", assim como o artigo 6 sobre o "direito a um processo equitativo". O TEDH interpretou que artigo 8 da Convenção consagra o direito a uma proteção eficaz por parte das autoridades contra os graves efeitos adversos da mudança climática para a vida, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.

O grupo de idosos argumentou que elas foram particularmente afetadas porque as mulheres mais velhas são mais vulneráveis ao calor extremo que está se tornando mais frequente.

"O tribunal reconheceu o nosso direito fundamental a um clima saudável e a que o nosso país faça o que não conseguiu fazer até agora: isto é, tomar medidas ambiciosas para proteger a nossa saúde e proteger o futuro de todos", disse Anne Mahrer, membro do grupo.

A Suíça disse que estudaria a decisão para ver quais medidas seriam necessárias. "Temos que, de boa fé, implementar e executar a sentença", disse Alain Chablis, que representou o país nas audiências do ano passado, à Associated Press.

A juíza Siofra O'Leary, presidente do tribunal, sublinhou que caberia aos governos decidir como abordar as obrigações relativas às alterações climáticas.

A famosa ativista climática Greta Thunberg estava no tribunal quando a decisão foi anunciada. "Essas decisões são um apelo à ação. Eles sublinham a importância de levar os nossos governos nacionais a tribunal", disse o suco de 21 anos à AP.

blais, que representou o país nas audiências do ano passado, à Associated Press.

A juíza Siofra O'Leary, presidente do tribunal, sublinhou que caberia aos governos decidir como abordar as obrigações relativas às alterações climáticas.

A famosa ativista climática Greta Thunberg estava no tribunal quando a decisão foi anunciada. "Essas decisões são um apelo à ação. Eles sublinham a importância de levar os nossos governos nacionais a tribunal", disse o suco de 21 anos à AP.

DECISÃO AGRIDOCE

A jornada foi agridoce para os outros demandantes, em particular o caso do grupo de jovens portugueses com idades entre 12 e 24 anos. "A vitória delas (das suíças) também é uma vitória para nós e uma vitória para todos o mundo", declarou a portuguesa Sofia Oliveira, de 19 anos, "decepcionada" com o revés em seu caso.

Após os incêndios que devastaram Portugal em 2017 e mataram mais de 100 pessoas, Sofia e outros cinco jovens decidiram levar ao tribunal de Estrasburgo to-

dos os países da União Europeia, além de Noruega, Suíça, Turquia, Reino Unido e Rússia, por sua inação contra a mudança climática.

Mas os magistrados rejeitaram a ação por um vício processual, porque o grupo não esgotou previamente os recursos judiciais em seu país, segundo a decisão lida pela presidente do TEDH, Siofra O'Leary.

No caso do ex-prefeito ecologista de Grande-Synthe, Damien Carême, que denunciou a França no tribunal, ele não foi reconhecido como vítima por residir atualmente na Bélgica como eurodeputado.

Carême, que teme que sua localidade acabe sob as águas do Mar do Norte, já havia apresentado o caso como prefeito em 2019 ao Conselho de Estado francês, que deu razão à prefeitura em julho de 2021, mas rejeitou sua demanda individual.

A decisão foi divulgada no mesmo dia em que observatório europeu do clima Copernicus alertou que o mundo registrou um recorde de calor pelo 10º mês consecutivo em março.

GUERRA DA UCRÂNIA

Xi se reúne com Lavrov, em sinal de apoio mútuo e cooperação

O líder chinês Xi Jinping reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, ontem, em um sinal de apoio mútuo e oposição compartilhada às democracias ocidentais em meio à invasão da Ucrânia por Moscou. "Gostaríamos de expressar o nosso maior apreço e admiração pelos sucessos alcançados ao longo dos anos e, acima de tudo, durante a

última década sob a sua liderança", disse Lavrov a Xi, segundo a mídia russa.

Lavrov afirmou que a Rússia e a China se opõem a quaisquer eventos internacionais que não levem em conta a posição da Rússia.

Ele disse que a "chamada fórmula de paz" do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky estava "completamente desliga-

da de qualquer realidade".

Embora a China não tenha fornecido apoio militar direto à Rússia, apoiou-a diplomaticamente ao culpar o Ocidente por provocar a decisão do presidente russo Vladimir Putin de lançar a guerra e absteve-se de chamar de invasão o ocorrido.

A China também afirmou que não está a fornecendo armas ou

assistência militar à Rússia, embora tenha mantido ligações econômicas robustas com Moscou, ao lado da Índia e de outros países.

Lavrov também se reuniu com seu homólogo chinês Wang Yi. Na conferência de imprensa conjunta, Wang repetiu os apelos da China a um cessar-fogo e "ao fim da guerra em breve".

A China apoia a convocação, num momento apropriado, de uma reunião internacional que seja reconhecida tanto pela Rússia como pela Ucrânia, na qual todas as partes possam participar igualmente e discutir todas as soluções de paz de forma justa", disse Wang.